

# ERROS NESTAS CONTAS?

## De quanto é o déficit?

O governo está com dificuldade em calcular o déficit público deste ano, que deve constar do programa econômico em elaboração no Ministério da Fazenda. No início de fevereiro, o governo anunciou que o déficit seria de 2,7% do Produto Interno Bruto (calculado em Cz\$ 3,6 trilhões em 86); posteriormente recalculou para 2,9%, sob o pretexto de que algumas contas importantes deixaram de ser incluídas. Essa diferença de 0,2% representou um acréscimo de Cz\$ 7,2 bilhões.

O aumento da inflação, a pressão sobre os dispêndios das estatais, a generosidade com que os governadores são atendidos em suas demandas por recursos federais, a ampliação dos subsídios e a queda da atividade econômica, refletida na diminuição das receitas da Previdência Social, tornaram impossível calcular o déficit, que até o mês passado, numa visão otimista, era estimado em 4% do PIB.

Na composição do déficit público, o governo adota a metodologia do Fundo Monetário Internacional (FMI), das necessidades de financiamento do setor público não financeiro, no conceito operacional, ou seja, eliminados os efeitos das correções monetária e cambial sobre as diversas contas.

O déficit é constituído pelo resultado de seis contas públicas: o Orçamento Geral da União, antigo orçamento fiscal; orçamento das empresas estatais; o orçamento consolidado (resultado líquido dos Estados e municípios); o orçamento da Previdência Social; os recursos dos fundos e programas administrados pelo Banco Central, e finalmente os recursos movimentados pelas agências descentralizadas.

Desses seis itens, a contribuição mais forte ao déficit público é dado pelo Orçamento Geral da União, o ano passado responsável por um déficit de 1,8% sobre o PIB, de um déficit total de 2,9%, segundo a reestimativa do Ministério da Fazenda. Apesar do esforço de financiamento dos subsídios, com a destinação de grande parcela dos recursos fiscais para cobrir esse benefício, a explosão inflacionária inevitavelmente elevará os dispêndios com essas contas a níveis incontroláveis.

Para uma corrente de técnicos do governo, a solução é eliminar esses subsídios, a começar pelo do trigo, que este ano comprometerá recursos do Tesouro no montante de Cz\$ 50,5 bilhões, mas o governo está indeciso quanto à providência. Os demais subsídios, inclusive ao crédito rural e à exportação, também não deverão ser retirados, restando ao governo a saída mais fácil da elevação de impostos, já em estudos nos laboratórios do Ministério da Fazenda.

Como o orçamento das estatais ainda não fechou, face às dificuldades de compatibilizar as receitas disponíveis e as despesas apresentadas, também não é possível calcular o déficit das empresas do governo, o que somente será conhecido quando o orçamento tiver fechado, na última semana de junho. Sabe-se, contudo, que, a perdurar o atual patamar inflacionário, o déficit das estatais poderá ser recorde, pois as contas estão sendo fechadas com base numa inflação de 280%, enquanto a expectativa é de que esse percentual seja alcançado já no primeiro semestre.

Quanto ao impacto dos gastos dos Estados e municípios, não há um técnico no governo, agora, em condições de calcular, pelo fato de que ninguém sabe ainda quanto custará essa assistência financeira. Sabe-se que cerca de US\$ 3,5 bilhões, entre dívida interna e externa, serão rolados, mas os governadores estão exigindo cada vez mais dinheiro, inclusive o aumento da dívida interna, empréstimos de bancos oficiais e recursos a fundo perdido.